

# AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2016

às disposições legais e estatuárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### 2. Introdução

A AgeRio é uma sociedade anônima de economia mista integrante da Administração Pública Indireta estadual, vinculada atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira conferida pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004.

Em 2016, a AgeRio manteve-se atuante no cumprimento do seu objeto social, com alocação de recursos próprios e de terceiros para atendimentos a demandas de financiamentos que visam à sustentação dos segmentos empresariais que contribuem A carteira de crédito própria (recursos próprios e repasses do BNDES, FINAME e para geração, recuperação e manutenção de emprego e renda, alinhada ao FINEP) apresentou saldo de R\$ 162.411 mil em 31 de dezembro de 2016, com redução desenvolvimento sustentável da economia do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, de 9,2% em relação à posição de dezembro de 2015. sua atuação está focada em quatro áreas estratégicas de negócios: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Operações de Crédito com o Setor Privado, Investimentos

em Participações e Operações de Crédito com o Setor Público. Em relação a recursos de terceiros, apesar do cenário de escassez de fundings, durante o exercício, a AgeRio dispôs de linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Na condição de agente financeiro e administradora de fundos estaduais de fomento, atuou no segmento de microempreendedores, de pequenas, médias e grandes empresas. Os itens financiados consistiram em investimento fixo, capital de giro associado ou

. Visando potencializar suas operações de crédito, a AgeRio opera com fundos garantidores dentre os quais destacam-se o Fundo Garantidor de Operações (FGO), o Fundo Garantidor de Investimento (FGI) e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE).

Cabe também registrar a atuação da AgeRio na função de Unidade de Parcerias

Público-Privadas (Unidade de PPP), participando do desenvolvimento de projetos em apoio técnico aos órgãos estaduais, entre outras atribuições.

### 3. Panorama Econômico

ntensificou o cenário de retração, acompanhado da deterioração dos principais de 2016. Das carteiras administradas, o FUNDES possui a maior expressividade tendo ndicadores macroeconômicos nacionais, além do aumento do desemprego, da queda da produção industrial, e da crise fiscal e política que impactaram negativamente o desempenho econômico do país.

Como destaque, registramos que o aprofundamento da recessão econômica, o aumento dos custos do crédito e o elevado desemprego no país geraram dificuldades financeiras às empresas, seja pelo enfraquecimento da geração de caixa, seja pela elevação de

Soma-se a estes efeitos a incerteza decorrente dos problemas políticos aliados à piora das expectativas decorrentes das políticas fiscal e monetária contracionistas que acelerou a queda em curso do nível de investimentos.

As incertezas geradas pelo cenário econômico desfavorável impactaram negativamente o mercado de crédito, levando os bancos a revisarem suas posições, reduzindo a oferta de crédito e tornando-se mais seletivos em seus critérios de avaliação e concessão Adicionalmente, com o avanço das taxas de inadimplência, os maiores bancos do país reservaram uma major parcela de seus recursos para arcar com as perdas nas perações de crédito.

As três principais agências de risco do mundo reduziram a nota de crédito da dívida soberana do Brasil e não existe sinalização da recuperação do grau de investimento

Aliado a estes fatores, o desempenho econômico do Estado do Rio de Janeiro. campo de atuação da AGÊNCIA, apresentou forte deterioração das contas públicas, principalmente relacionado ao desaquecimento do setor de óleo e gás e do déficit revidenciário do estado.

Diante deste cenário, a AgeRio determina sua estratégia de atuação fornecendo soluções financeiras de apoio ao empresariado fluminense, reforçando assim seu papel no fomento ao desenvolvimento econômico sustentável do estado, em sintonia com a AGÊNCIA. sua missão

# 4. Desempenho

4.1 Desempenho Econômico-Financeiro
O lucro líquido de 2016 apresentou incremento de quase 100% em relação ao exercício anterior, consubstanciado na geração de receitas originadas da carteira de crédito, tarifas de serviços, prestação de serviços aos fundos estaduais administrados erante de racionalização de gastos da AGÊNCIA

Dados Financeiros	31/12/2016	31/12/2015
Total de Ativos (R\$ Mil)	564.138	551.720
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	445.873	438.470
Resultado Operacional (R\$ Mil)	26.246	20.662
Lucro Líquido (R\$ Mil)	10.082	5.080
Inadimplência	5,76%	7,61%

# I.2 Desempenho Operacional

## 4.2.1 Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

O Programa de Microcrédito Orientado é operado por meio do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO). O programa tem por objetivo oferecer soluções financeiras adequadas para o desenvolvimento de pequenos negócios, fomentando o empreendedorismo através de fornecimento de crédito orientado, responsável e sustentável, com as taxas mais baixas

Até 30 de junho de 2016, a AGÊNCIA contratou 11.652 operações no Programa de Microcrédito da AgeRio, com recursos aplicados da ordem de R\$ 49,21 milhões em financiamentos, sendo beneficiadas 40 regiões pacificadas ou em processo de pacificação em mais de 250 comunidades no município do Rio de Janeiro e Duque de Caxias. Em função da reformulação do programa, as operações de microcrédito produtivo orientado encontram-se paralisadas desde maio de 2016

# I.2.2 Operações com o Setor Privado

4.2.2.1 Operações de Crédito
Em 2016 as operações de crédito contratadas com pessoa jurídica totalizaram R\$ 20,9 milhões. Os financiamentos foram concedidos a empresas de diversos setores, com 2,4% para o setor da indústria, 59,3% para o comércio e 38,3% para serviços, sendo 42,2% para pequenas empresas e 57,8% para médias empresas. Nesse mesmo período foram liberados recursos na ordem de R\$ 19,3 milhões.

A carteira de crédito foi pontualmente monitorada e foram realizadas renegociações onde buscou-se realinhar o fluxo de pagamento das empresas financiadas, sendo que nessas operações buscou-se reforçar a estrutura de garantias.

4.2.2.2 Investimentos em Participações
A AgeRio participa, por meio de fundos de investimentos e participação acionária direta, de organizações que atuam em setores estratégicos da economia fluminense, oferecendo crédito para empresas nascentes e com alto potencial inovador, de grande relevância social e econômica para a população do estado

Tais investimentos impulsionam projetos de extrema importância que estão em estágic inicial e apresentam potencial de crescimento e geração de lucros, mas não possuem

recursos e garantias suficientes. A carteira de participações da AGÊNCIA já apoiou 22 empresas e 6 projetos dos setores de tecnologias limpas, saúde e ciências da vida, audiovisual, inovações em tecnologia IB Amplo da informação e biotecnologia. O capital comprometido com esse tipo de investimento 6.4 Controles Internos em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 24 milhões, dos quais R\$ 18,40 milhões já foram O Sistema de Controles Internos da AgeRio é estruturado por meio de políticas, ntegralizados.

## 4.2.3 Operações com Setor Público

milhões, que impactaram positivamente as economias locais.
As operações com o setor público representam 13% da carteira de crédito ativa da

AgeRio na posição de 31/12/2016 e o estoque de contratações soma R\$ 37,0 milhões. Os investimentos beneficiam municípios das regiões Metropolitana, Médio Paraíba, municípios atendidos considerando a promoção do desenvolvimento regional e a

5. Carteira de Crédito – Própria e Administradas
Em 31 de dezembro de 2016 o montante de recursos geridos pela instituição, segregados em carteira própria e administradas, foi da ordem de R\$ 3,690 bilhões, representando um acréscimo de 11% em relação à posição de 31 de dezembro de 2015.



Dez/2016 Dez/2015

As carteiras administradas, do Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios O ano de 2016 foi marcado pelo agravamento do cenário econômico brasileiro frente às Fluminenses (FREMF), do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES) e expectativas estabelecidas no início do exercício. A forte redução da atividade econômico do FEMPO, somavam um patrimônio de R\$ 3,528 bilhões na posição de 31 de dezembro como clientes grandes empresas do Estado do RJ.

## 6 Gestão

# 6.1 Governança

A AGÊNCIA estabelece em seu Estatuto Social e em normativos internos a sua Estrutura de Governança. No Estatuto Social estão definidos os Comitês de Crédito e Renegociação, Compras e Contratações, Ética, Investimentos e Gestão de Riscos, que possuem regimes de alçadas (quando aplicável) e regimentos internos aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. As decisões são tomadas de forma colegiada e transparente, visando garantir a conformidade dos processos. Além dos comitês estatutários, a AgeRio possui os Comitês de Atividades Jurídicas de Contencioso, Comunicação de Marketing e Tecnologia da Informação.

A AgeRio acredita que a ética deve pautar todas as acões de empregados e colaboradores da AGÊNCIA, como estabelece seu Código de Ética. O objetivo do código é, reafirmar valores, e padrões éticos nas acões praticadas pela instituição e 6.8 Tecnologia da Informação seus colaboradores. Violações ao Código de Ética da AGÊNCIA são apreciadas pelo Comitê de Ética, órgão autônomo de caráter deliberativo.

# 6.3 Gerenciamento de Riscos e Capital

A estrutura de gestão de riscos é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da instituição. Essa estrutura é composta pelo está gerando melhorias, através de ações estratégicas voltadas para a evolução da Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Gestão de Risco, Diretoria arquitetura tecnológica de forma a atender às necessidades da AGÊNCIA, de acordo de Controladoria e Riscos, Superintendência de Riscos e Controle Interno e Gerência com as prioridades e objetivos de seu negócio. Executiva de Riscos Corporativos.

Na primeira fase do PDTI foi realizado um mapeamento das necessidades de cada Executiva de Riscos Corporativos.

O gerenciamento dos riscos observa as orientações do Banco Central do Brasil visando assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital da

As diretrizes e normas para o gerenciamento de riscos e gestão de capital da AGÊNCIA de TI. são pautados por Políticas específicas para cada categoria de risco, quais sejam: No 1º crédito, mercado, operacional, liquidez, socioambiental e gestão de capital. As atividades de gerenciamento de riscos são executadas por unidade específica,

segregada das unidades de negócio e da Auditoria Interna, e compreendem a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos. A AGÊNCIA busca constantemente a conformidade legal e o aprimoramento de suas práticas e

políticas de gerenciamento de riscos.

O gerenciamento do risco operacional se materializa no exercício contínuo das atividades da AGÊNCIA e no comprometimento e envolvimento de todos os gestores e colaboradores para que se mantenham em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perdas.

Sobre o gerenciamento de risco de mercado, a AGÊNCIA não possui operações classificadas na carteira de negociação (*trading book*). Assim, o risco de mercado da **7. Parcerias Público-Privadas** AgeRio é representado pelo Risco da Carteira Banking (RBAN), parcela de exposição Em 2015, foi criada na estrutui ao risco das operações de instituições financeiras classificadas na carteira de nãonegociação (banking book). Logo, o gerenciamento do risco de mercado é efetuado por meio do acompanhamento do valor do RBAN.

Em consonância com as normas aplicáveis às agências de fomento, a AgeRio gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento do percentual obrigatório do fundo de liquidez, que deve ser integralmente aplicado em títulos públicos federais com percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor das obrigações.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de avaliação da necessidade de

capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita. Este possui estrutura aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O Plano de Capital da AGÊNCIA está alinhado ao planejamento estratégico e abrange o horizonte mínimo de três anos (2016/2018).

Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGÊNCIA são calculados de acordo com Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil e encontram-se devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente

**6.3.1 Limites Operacionais**A AGÉNCIA cumpre as exigências de Limites Operacionais estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, conforme demonstrativo levantado na nosicão de 31/12/2016

### (Valores em R\$ Mil) 31/12/2016 31/12/2015 Patrimônio de Beferência (PR) Capital Destacado para Operações com o Setor Público 44.535 44 535 PR para Limite de Compatibilização com o RWA 394.241 386.821 573.658 RWA - Ativos Ponderados pelo Risco - RWACPAD 513.754 451.992 476.661 94.585 - RWAOPAD 59.596 RWAMPAD 2.413 2.166 **RRAN** 627 497 197.121 Limite para Imobilização (LI) 193.411 Índice de Basiléia (IB) 68.72% 75.29% IB Amplo 67,97% 74.64%

normativos, cultura organizacional e padrões éticos promovidos pela empresa,

permitindo assim a prestação de informações consistentes sobre os aspectos A AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., em cumprimento Em 2016 foram liberados recursos para obras em andamento da ordem de R\$ 5.95 gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com regulamentos externos As atribuições e competências das unidades que compõem a estrutura organizacional da AGÊNCIA estão definidas em normativo interno, permitindo a identificação e segregação das funções. As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao

Centro Sul Fluminense e Serrana, com ganho significativo para a população dos terrorismo são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração da instituição. A municípios atendidos considerando a promoção do desenvolvimento regional e a empresa possui uma Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento geração de emprego e renda. princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam sua atuação no sentido de evita que esta seia utilizada como instrumento de lavagem de dinheiro ou financiamento ac terrorismo. A AGÊNCIA capacita e certifica periodicamente seu corpo técnico em ações de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, bem como controle internos e conformidade

O processo decisório é realizado com base em regimes de alçadas e competências permitindo assim o desenvolvimento do corpo funcional, major transparência e agilidade tomada de decisões e promoção da cultura de controle na AGÊNCIA. As alçada decisórias de negócios, renegociação, compras, contratações, dentre outras, são aprovadas pelo Conselho de Administração.

## 6.5 Recursos Humanos

A AGÊNCIA investe constantemente na qualificação de seu quadro funcional, realizando ações de treinamento e desenvolvimento voltadas para as competências necessárias para o negócio e para a excelência na prestação de serviços. Em 2016, gestores e empregados da AGÊNCIA foram submetidos a treinamento e certificação em análise e aprovação de crédito por unidade externa de grande representatividade no mercado tendo sido 97% do quadro certificado na matéria. Todas as iniciativas acima mencionadas fazem parte da estratégia de Gestão de Pessoas

da AgeRio, que está alinhada às diretrizes da Política de Gestão, Relacionamento, Reconhecimento e Valorização de Pessoas, visando garantir que a AGÊNCIA seja capaz de desenvolver em seu corpo funcional todas as competências necessárias ac atingimento das metas estratégicas, e de reter talentos motivados e produtivos, tornando a AgeRio uma referência no mercado.

# 6.7 Comunicação Social

A comunicação social e o posicionamento institucional da AgeRio frente ao mercado são gerenciados por unidade específica em sua estrutura organizacional, que realiza ações de marketing visando ao fortalecimento da imagem da AGÊNCIA, e conta com um Comité de Comunicação de Marketing, que aprecia as propostas de patrocínio, apoio e propaganda, tomando decisões de forma colegiada e transparente.

Dentre as atividades realizadas, podem ser mencionadas as de endomarketing, que estimulam a construção de cultura interna coesa, as de assessoria de imprensa, publicidade e propaganda, incluindo inserção nos principais veículos de comunicação e redes sociais (Facebook, Twitter, Linkedin e YouTube) e de produção de material promocional como ferramenta componente da estratégia mercadológica da empresa. No âmbito do endomarketing, em 2016 foi realizada a Campanha "Ano do Desempenho Diferenciado" com objetivo de envolver todos os empregados da AGÊNCIA na busca de

resultados negociais e estratégicos da empresa. Em relação aos atendimentos prestados pela AGÊNCIA em 2016, foram realizados 12.191 atendimentos telefônicos, 3.194 contatos através do site, 424 atendimentos presenciais pelo corpo técnico, e 272 atendimentos através das unidades móveis, que se encontram paralisadas desde maio de 2016 em função da reestruturação do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado.

Visando aprimorar a qualidade e a segurança de seus serviços de tecnologia de forma a suportar o crescimento de seus negócios, a AgeRio vem investindo fortemente na modernização e reestruturação de sua área de Tecnologia da Informação (TI). Neste sentido, encontra-se em curso o Plano Diretor de Informática (PDTI) desde 2014, que

área da empresa, visando ao alinhamento da área de TI aos objetivos e estratégias de negócios da AgeRio. Na segunda fase, após esse mapeamento, foi disponibilizado o novo catálogo de serviços de TI e foram definidas a política e a estrutura de governança

No 1º semestre de 2015 teve início a efetiva implantação dos novos sistemas adquiridos em 2014, o Sistema Integrado de Gestão e o Sistema de Crédito, contemplando a revisão dos fluxos de processos e customização das soluções adquiridas, aquisição de novos servidores e softwares, além da criação de metodologias de gerenciamento de projetos e outras ações de controle e governança.

Já no final de 2015 foram realizados a homologação e os testes integrados nos novos

sistemas, contemplando também a migração de dados. Ao longo de 2016 completou-se o processo de implementação dos novos sistemas.

Assim, a realização do PDTI visa aumentar a segurança e a eficiência da estrutura de tecnologia da AGÊNCIA, adequando-a às melhores práticas de mercado, além de garantir o suporte necessário à continuidade e ao crescimento projetado de seus

Em 2015, foi criada na estrutura organizacional da AGÊNCIA uma unidade específica para gerenciar a sua atuação nos projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) a serem desenvolvidos no âmbito estadual. O trabalho desenvolvido pela AGÊNCIA busca assessorar tecnicamente a Secretaria Executiva do Conselho Gestor das Parcerias Público-Privadas, acompanhando a elaboração dos estudos técnicos dos projetos de PPP's e analisando a sua viabilidade econômico-financeira, de acordo com o papel de Unidade Técnica de PPP's no Estado, atribuído à AgeRio. Nesse período, foram objeto de análise e acompanhamento projetos de saneamento, mobilidade urbana, de educação e transporte, dentre outros.

8. Responsabilidade Socioambiental
A responsabilidade socioambiental é um dos valores institucionais da AgeRio e reflete se em todas as ações, negócios, gestão e relacionamentos da AGÊNCIA. Representa um compromisso permanente da instituição através da adoção de postura e de ações de mercado éticas e responsáveis, que considerem os impactos sociais e ambientais em suas decisões e que contribuam para o desenvolvimento econômico sustentável. integrando as dimensões social e ambiental à econômica.

Em relação a apoio financeiro, a AgeRio incentiva a execução de projetos que apresentem impactos ambientais positivos por meio de linhas de financiamento para projetos ecoeficientes.

No âmbito interno, as relações de trabalho são pautadas pela ética e transparência incentivo à gestão participativa e à meritocracia, bem como pelo respeito à diversidade A AgeRio reconhece e valoriza as mulheres e oferece licença-maternidade estendida para seis meses as suas empregadas. Em 31 de dezembro de 2016, as mulheres chegaram a representar 41% do quadro de empregados, representando mais de 40% das funções gratificadas de livre provimento.

das inflydes gratificadas de inve provintento.

A 4geRio mantém uma política de aproveitamento de recursos, evitando desperdícios o promovendo a conscientização dos funcionários para a importância do desenvolvimento.

# sustentável e para a responsabilidade socioambiental. Informações sobre o corpo funcional

tem	31/12/2016	31/12/2015
Empregados	123	123
Estagiários	20	28
Empregados acima de 45 anos	30	31
Mulheres	50	53
Freinamento hora (média por empregado)	147	107



# AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNP.I: 05 940 203/0001-81

Agonola Estadadi do Fornonto									
	BAL	ANÇO PATRIMO	ONIAL EM 31	DE DEZEMBRO - R\$ MIL					
ATIVO	Nota	2016	2015						
Circulante		363.612	320.943	PASSIVO	Nota	2016	2015		
Disponibilidades		5	34						
Caixa		2		Circulante		53.263	42.940		
Bancos	_	3	34						
Títulos e Valores Mobiliários	5	289.853	264.204 264.204	Obrigações por Empréstimos e Repasses	11	23.612	20.634		
Cotas de Fundos de Investimentos  Operações de Crédito	6	289.853 <b>42.247</b>	51.659						
Operações de Credito Operações de Credito	0	48.889	54.183	BNDES		10.202	10.019		
- Setor Privado		44.975	52.509	_					
- Setor Público		3.914	1.674	Finame		6.440	7.082		
(Provisão para Operações de Crédito)		(6.642)	(2.524)	FINEP		0.070	0.500		
Outros Créditos		1.843	775	FINEP		6.970	3.533		
Diversos		1.843	775	Outras Obrigações	12	29.651	22.306		
Outros Valores e Bens		29.664	4.271	Oditas Obligações	12	29.031	22.300		
Bens não de uso Próprio	7	29.517	4.075	Cobrança e Arrecadação de Tributos		_	12		
Despesas Antecipadas		147	196	oobianga o inioaaaagaa ao inibatoo					
Realizável a Longo Prazo Títulos e Valores Mobiliários	5	182.715	215.866	Sociais e Estatutárias		9.000	2.100		
LFT	5	94.903 80.376	112.846 70.375						
LTN		00.370	29.326	Fiscais e Previdenciárias		8.703	11.075		
Cotas de Fundo em Empresas		10.445	8.873						
Cotas de Fundos em Participação		4.082	4.272	Diversas		11.948	9.119		
Operações de Crédito	6	85.812	101.020						
Operações de Crédito		113.521	124.739	Exigível a Longo Prazo		65.002	70.311		
- Setor Privado		96.440	111.577	Obstance Francisco Barrello		CF 000	70.044		
- Setor Público		17.081	13.162	Obrigações por Empréstimos e Repasses	11	65.002	70.311		
(Provisão para Operações de Crédito)		(27.709)	(23.719)	BNDES		30.055	31.466		
Outros Valores e Bens		2.000	2.000	BNDES		30.033	31.400		
Participações Societárias Permanente	8	2.000 17.810	2.000 14.911	Finame		12.188	17.847		
Investimentos	8	17.810	14.911	Tinane		12.100	17.047		
Ações e Cotas				FINEP		22.759	20.998		
Imobilizado de Uso		5.981	6.450						
Edificações		8.865	8.865	Patrimônio Líquido	13	445.873	438.469		
Instalações		138	135						
Móveis e Equipamentos		917	909	Capital Social		439.063	433.234		
Sistema de Comunicação		46	44						
Equipamento de Processamento de Dados		1.574	1.016	Capital Social		439.063	433.234		
Depreciações Acumuladas		(5.559)	(4.519)	Assessments also Oscillat					
Intangível Licenca de Uso de Software	9	11.829 12.560	8.461 9.170	Aumento de Capital		_	_		
Licença de Oso de Software Licenca de Uso de Software em andamento		1.384	9.170	Reservas de Lucros		6.810	5.235		
Amortização Acumulada		(2.115)	(709)	neselvas de Edicios		0.010	5.235		
Total		564.138	551.720	Total		564.138	551.720		
	٨٥						30 20		
	As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis								
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍO	IO - FM BS	S MII		DEMONSTRAÇÃO DOS ELLIYOS DE CAIXA (MÉTODO INF	IRETO) - R\$	Mil			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE/E)	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) - R\$ MII						
	Segundo Semestre	Execício Fin			Segundo Semestre	Execício Fin 31 de Deze	mbro
	2016	2016	2015	Fluve de Caive des Atividades Onevesionais	2016	2016	2015
Receitas de Intermediação Financeira	33.831	67.349	57.345	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais Lucro Líquido	1.149	10.082	5.080
Receita de Operações de Crédito	9.927	20.887	19.625	Ajustado por:	1.143	10.002	3.000
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	23.904	46.462	37.720	Depreciações e Amortizações	1.661	2.446	1.429
				Provisão para Perdas c/Operações de Crédito	867	9.673	_
Despesas de Intermediação Financeira	(10.002)	(21.396)	(25.614)	Reversão de Provisão Passivo Contingente	(8)	(8)	-
Despesa de Captação – Finame / BNDES	(2.731)	(5.318)	(4.283)	Provisão Adicional	6.404	(790)	-
Provisão para Operações de Crédito	(7.271)	(16.078)	(21.331)	Ajuste Efeito Líquido JCP	(4.950)	(4.950)	(1.155)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	23.829	45.953	31.731	Lucro Líquido Ajustado	5.123	16.453	5.354
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(14.971)	(19.707)	(11.069)	Variação de Ativos e Obrigações Reducão (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	(3.526) (9.463)	(10.908)	(121.800)
Receita de Prestação de Serviços	7.492	15.743	26.406	Redução (aumento) em Tritulos valores Mobiliarios  Redução (aumento) em Operações de Crédito	(9.463)	15.734	(108.209) (18.102)
Despesa de Pessoal	(15.182)	(29.497)	(27.112)	Redução (aumento) em Outros Créditos	2.272	(1.068)	(150)
Outras Despesas Administrativas	(5.303)	(9.208)	(7.599)	Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	(1.375)	(25.392)	(3.382)
Despesas Tributárias	(2.050)	(4.142)	(4.380)	(Redução) aumento em Outras Obrigações	6.221	7.353	8.043
Outras Receitas Operacionais	139	7.528	1.674	Ajuste de exercícios anteriores	5	172	_
				Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	1.597	5.545	(116.446)
Outras Despesas Operacionais	(67)	(131)	(58)	Atividades de Investimentos	(4.505)	(= 0.40)	(0.000)
Resultado Operacional	8.858	26.246	20.662	Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(1.525)	(5.343)	(9.098)
Resultado Não Operacional	9	9	2	Caixa Liquido Aplicado Atividades de Investimentos Atividades de Financiamento	(1.525)	(5.343)	(9.098)
Resultado antes da Tributação s/Lucro e Participações	8.867	26.255	20.665	Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	(2.172)	(2.331)	25.878
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.236)	(15.691)	(14.743)	Aumento de Capital por Subscrição	(2.172)	(2.001)	93.516
Provisão para Imposto de Renda	(4.011)	(8.695)	(8.630)	Aumento de Capital com Renuncia de Dividendos - JCP	2.100	2.100	6.179
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	(3.225)	(6.996)	(6.113)	Caixa Liquido Proveniente Atividades Financiamentos	(72)	(231)	125.573
Participações Estatutárias no Lucro	(482)	(482)	(842)	Aumento (Redução) do Caixa ou Equivalente a Caixa		(29)	29
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	1.149	10.082	5.080	Modificação do Caixa ou Equivalente de Caixa	_		_
Juros s/Capital Próprio	(9.000)	(9.000)	(2.100)	Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	5	34	5
por ação do capital social	0.01	0.04	0.03	Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período Aumento(Redução) Caixa ou Equivalente de Caixa		(29)	34 <b>29</b>
As notas explicativas integram o conjunto das demon	-1		0,03	. , , ,	enetro e e e e e e e e e e e e e e e e e e e		
As notas explicativas integram o conjunto das demon	strações contabeis	•		As notas explicativas integram o conjunto das dem	oristrações contabeis		

	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PAT	RIMÔNIO LÍQUIDO - EM I	R\$ MIL		
Contas	Capital Social	Reservas de I	Lucros	Resultados Acumulados	
Especificações	Capital	Legal	Outras	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 30 de Junho de 2016	433.234	1.953	3.729	8.653	447.569
Ajuste de Exercício Anterior		_	_	5	5
Aumento de Capital com Reservas	3.729	_	(3.729)	_	_
Aumento com Renúncia de Dividentos/JCP	2.100	_		_	2.100
Lucro Líquido do Semestre	_	_	_	1.149	1.149
Destinações					
Constituição de Reservas	_	(182)	5.039	(4.857)	_
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	_	_	_	(4.950)	(4.950)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	439.063	1.771	5.039	<u> </u>	445.873
Mutações do Período	5.829	(182)	1.311	(8.653)	(1.696)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	329.819	1.310	3.721	_	334.850
Aumento de Capital com Reservas	3.721	_	(3.721)		_
Aumento de Capital por Subscrição	93.516	_		_	93.516
Aumento de Capital Renuncia Dividendos/JCP	6.179	_	_	_	6.179
Lucro Líquido do Exercício	_	_	_	5.080	5.080
Destinações					
Constituição de Reservas	_	196	3.729	(3.925)	_
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)				(1.155)	(1.155)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	433.234	1.506	3.729	<u> </u>	438.469
Mutações do Período	103.415	196	8	<u> </u>	103.620
Ajuste de Exercício Anterior	_	_	_	172	172
Aumento de Capital com Reservas	3.729	_	(3.729)	_	_
Aumento com Renúncia de Dividentos/JCP	2.100	_	_	_	2.100
Lucro Líquido do Exercício	_	_	_	10.082	10.082
Destinações					
Constituição de Reservas	_	265	5.039	(5.304)	_
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)				(4.950)	(4.950)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	439.063	1.771	5.039	<u> </u>	445.873
Mutações do Período	5.829	265	1.311	_	7.404

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. O seu funcionamento foi autorizado pelo Banco

Central do Brasil em 30 de setembro de 2003. As operações da AgeRio são regulamentadas pela Resolução CMN n.º 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações editadas pelo Banco Central do Brasil.

Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a A AgeRio teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos

A AgeRio empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de

comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e da Financiadora de Estudos e Pesquisa – FINEP de acordo com o programa INOVACRED, a AgeRio atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores - FEMPO. Apoia, também, investimentos no Estado através da participação acionária direta e

# NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF). A Diretoria da AgeRio autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 20 de fevereiro de 2017.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em RS NOTA 3 - ALTERAÇÕES NA LEI DAS S.A. (LEI Nº 6.404)

A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou/revisou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2013, sendo que os recepcionados pelo Banco Central do Brasil foram:

		Data da		BACEN
	Pronunciamento Técnico	Divulgação	IASB	ResoluçãoCMN
	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório			
CPC 00 (R1)	Contábil Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	7/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	7/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
	os pronunciamentos relativos à Redução ao Valor Recuperável de			
Benefícios a Em	pregados, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Bra	ısil demandara	am adequaç	ões na elaboração

das Demonstrações Financeiras da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos. NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

Definite os principais procedimientos adviados para a preparação das denioristrações contabeis, ressaltantos. a) Apresentação do Resultado O regime de apuração do resultado é o de competência, o qual estabelece que receitas e despesas devam ser apropriadas nos

períodos em que ocorrerem.



# AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNP I: 05 940 203/0001-81

nativas contábeis
-------------------

. Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as Demonstrações Contábeis da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção da vida útil dos pens do ativo imobilizado, provisão para passivos contingentes e às Provisões para Perdas com Operações de Créditos, sendo estas últimas calculadas conforme normas específicas do Banco Central e provisões adicionais, em montantes definidos pela administração com base em eventos que possam ocorrer no futuro e que venham a comprometer a liquidez da carteira de crédito. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e nissas, no mínimo, semestralmente.

## c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional – CMN incluem caixa e depósitos bancários.

## d) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. A Circular n.º 3.068/01 -BACEN que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às Constituição de provisão adicional agências de fomento Reversão de provisão Créditos baixados para Prejuízo

A AgeRio vem adquirindo participações em Fundos de empresas Emergentes no setor de biotecnologia e tecnologia da Informação, tendo em vista seus objetivos estatutários e sociais, cujo reconhecimento dos rendimentos auferidos é em contrapartida ac

## e) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito e.1) Operações de crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência do prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso. .2) Provisão para perdas em operações de crédito

## A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões

para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito no item "C" da nota de número 6. e.3) Renegociação

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita uando efetivamente recebidos.

## f) Outros Valores e Bens

Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

## g) Ativo Permanente

o imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciacão/amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do d

tempo de vida útil estimado de acordo com normativo do Banco Central do Brasil. O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares para: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de Dados e Gestão Até 60 dias Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de prestação de serviço com as empresas fornecedoras e por gastos com pessoal, alocados na implantação dos respectivos sistemas. h) Demais ativos e passivos

# São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das

variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

i) Avaliação do valor recuperável (*Impairment*)

# Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a

possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio não desenvolveu programa de testes de recuperabilidade, em função da relevância dos bens do ativo imobilizado frente ao ativo total, do dispêndio financeiro e operacional que teria com a realização dos respectivos testes e da ausência de indícios da desvalorização. ) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real

Anual com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% nos termos da legislação fiscal em vigor, tendo como base a Instrução Normativa da RFB nº 1591 de 05 de novembro de 2015.

A AgeRio não constituiu créditos tributários com base em diferenças temporárias

# k) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o nesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

# I) Ativos e Passivos contingentes

Os Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis. Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecei

da Diretoria Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação.Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 12 - "c2".

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

## NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em31 de dezembro de 2016

e 2015, conforme quadro abaixo: TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 2016

I - Curto Prazo	289.853	264.204				
Cotas de Fundos de Investimentos	289.853	264.204				
II - Longo Prazo	94.903	112.846				
LFT - Carteira Própria	80.376	70.375				
LTN	_	29.326				
Cotas de Fundos em Participação	4.082	4.272				
Cotas de Fundos em Empresas	10.445	8.873				
Total de Títulos e Valores Mobiliários	384.756	377.050				
(I) As aplicações em cotas de Fundos em Participações e Empresas totalizam R\$14.526						
mil em 2016 e R\$ 13.145 em 2015 e são investimentos que	visam atender o	objeto socia				

da AgeRio, sendo mais uma das modalidades de apoio financeiro para as empresas do Estado do Rio de Janeiro As Cotas do Fundo de Investimentos são custodiadas pelo Banco Bradesco e Caixa

Econômica Federal. O Fundo exclusivo no Banco Bradesco destina-se exclusivamente aos poderes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, suas autarquias e empresas controladas (sociedades de economia mista), sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Quanto a aplicação na Caixa Econômica Federal é feita em fundo também exclusivo e sua carteira é composta integralmente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços. (II) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Instituição não possuía em aberto operações

envolvendo instrumentos financeiros derivativos. NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador e a operação.

- \	-1	-1		-1 -				at a last a last a	
<b>a</b> 1	classificação	nas (	nneracoes	пe	credito em	orgem	crescente	de risco:	
~,	olacomoagac	acco c	opo.agooo		orounto orri	0.00	0.00000	ao 11000.	

a) classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco:					m crescente de	risco:	As obrigações por empréstimos e repasses são compostas basicamente de recursos					
			Valor da		Valor da			captados nas instituições oficiais - BNDES, FINAME e FINEP.				
	Total das		Provisão	Provi-	Provisão 2016	Total das		A taxa média de juros aplicada nas operações é de 0,8%, acrescio	da das vari <i>a</i>	ıções dos		
Classifi-	Opera-	Provi-	Resolu-	são	<ul> <li>Resolução</li> </ul>	Opera-	Valor da	indexadores como TJLP, SELIC, CEI e cesta de Moeda.				
cação de	ções	são	ção nº	Adicio-	n° 2682/99	ções	Provisão	b) Composição das obrigações por empréstimos e repasses por da	ata de venci	imento.		
Risco	2016	%	2682/99	nal	+ Adicional	2015	2015		2016	2015		
AA	_	_	-	_	_	-	_	Vincendas	88.815	90.945		
Α	21.493	0,5	107	-	107	26.401	132	Até 180 dias	11.848	12.531		
В	52.198	1	522	-	522	61.013	1.984	De 181 a 360 dias	11.764	10.592		
С	49.352	3	1.481	_	1.481	79.807	17.086	Acima de 360 dias	65.003	67.822		
D	17.899	10	1.790	2.793	4.583	256	26	NOTA 12 - OUTRAS OBRIGAÇÕES				
E	3.631	30	1.089	3.022	4.111	5.941	3.962	a) Sociais e Estatutárias				
F	11.850	50	5.925	2.248	8.173	4.832	2.416	Dividendos e JCP	2016	2015		
G	24	70	17	6.535	6.552	116	81	Dividendos - Governo do Estado do RJ (i)	_	2.100		
Н	5.963	100	5.963	2.859	8.822	556	556	JCP - Governo do Estado do RJ (ii)	9.000	_		
TOTAL	162.410		16.894	<u>17.457</u>	34.351	178.922	26.243	Total	9.000	2.100		
b) Movimer	ntação da p	rovisão	para crédit	os de liqu	idação duvidos	1		(i) O valor provisionado em dezembro de 2015 (R\$ 2.100) foi integralmente incorporado				
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa 2016 2015					ao capital social da empresa, conforme decisão proferida na Assembléia Geral Ordinária							
Saldo no ir	ício do per	íodo				26.243	6.787	6.787 e Extraordinária realizada em 02 de junho de 2016 e ata registrada na JUCEF				
Constituiçã	o da provis	ão				9.673	3.085	25/11/2016.				
Constituiçã	o de provis	ão adicio	onal			6.406	18.246	(ii) Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados	e provisiona	ados com		

(7.195)

1.283

912

1.196

2016

159.019

9.951

5.024

526

Transfe

rência em 2015 - 8.461

3.328

Saldo

32 111

(237

Saldo no fim do período 34.351 26.243 No segundo semestre de 2016, a provisão para perdas com operações efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil, foi complementada por uma provisão adicional no valor de R\$ 17.455 mil em conformidade com a Política de Gerenciamento de Risco de Crédito. A provisão adicional tem caráter prudencial e constitui reserva técnica para perdas mprevisíveis decorrente da conjuntura econômica atual com reflexos na geração de aixa das empresas nos próximos anos. Essa medida leva em conta a análise de evisão da classificação de risco, o histórico de pagamentos, o nível de concentração dos clientes e a característica de longo prazo das operações de crédito da carteira da AGÊNCA. Essa verificação é atualizada a cada seis meses. c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

Curto Prazo 2016 2015 Setor Privado 44.975 52.509

Recursos Proprios	23.353	32.111	
Repasse	21.622	20.398	( - ) Juros so
Setor Público	3.914	1.674	(+) Econom
Recursos Próprios	3.717	1.480	b) Fiscais e
Repasses	197	194	b) Fiscais e
rovisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.642)	(2.524)	Impostos e
aldo Final do Período	42.247	51.659	Impostos e
ongo Prazo	2016	2015	Provisão pa
Setor Privado	96.440	111.577	Total
Recursos Próprios	35.230	46.984	c) Diversas
Repasse	61.210	64.593	c.1) Provisõ
Setor Público	17.081	13.162	1
Recursos Próprios	16.581	12.477	Provisão Pa
Repasses	500	685	Outras Desp
rovisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(27.709)	(23.719)	Outros Paga
aldo Final do Período	85.812	101.020	Total
) Classificação da carteira por vencimento parcelas.			c.2) Provisã
	2016	2015	1
'encidas	3.391	3.177	FGI – Honra

De 181 a 360 dias 23.410 26.118 Acima de 360 dias e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade em 2016 **2016** 0.996 Setor de atividade Administração pública Alimentos e Bebidas 16.089 11.574 Agropecuário Comércio 23.087 17.784 Construção e Imobiliário 8.069 8.829

Mineração 10.108 11.596 Químico e Petroquímico 8.048 8.927 Serviços Privados 16.352 Telecomunicações 17.355 12.527 Outros 12.237 162.410 22.507 178.922 NOTA 7 - OUTROS CRÉDITOS mpostos e Contribuições a Compensa 126 Adiantamentos e Antecipações 65

Total 1.843 NOTA 8 - BENS NÃO DE USO PRÓPRIO 2016 Bens não de uso próprio 29.517 O valor de R\$ 27.865 mil se refere a imóveis originados de baixa de operações de crédito

NOTA 9 - IMOBILIZADO DE USO

de curso anormal e dação em pagamento na recuperação de prejuízo.

Dens	Depreciação	em 2016	Adições	Daixas	em zora		
IMOBILIZADO DE USO	_	5.9818	_	_	6.450		
Custo de aquisição		11.540	571	-	10.969		
Edificações	4%	8.865	_	_	8.865		
Instalações	10%	138	3	_	135		
Móveis e Equipamentos	10%	917	8	_	909		
Sistemas de Comunicação	10%	46	2	_	44		
Equipamentos de							
processamento de dados	20%	1.574	558		1.016		
Depreciação Acumulada		(5.559)	(1.040)		(4.519		
Em 31 de Dezembro de 2016, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Be							
Ativo Imphilizado em montantes	conciderados	cuficiente	e nola adn	ninietracă	0 00 000		

de eventuais riscos e sinistros. A administração não identificou indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Imobilizado da AgeRio. Foi realizada avaliação dos ativos classificados na rubrica edificações. A avaliação interna foi feita por técnicos do setor de engenharia da AgeRio Em relação as demais rubricas do ativo imobilizado, não foram efetuados teste de ecuperabilidade em razão da irrelevância do valor em relação ao total dos ativos NOTA 10 – INTANGÍVEL

Saldo

em 2016 Adições 11.829 -

**ATIVOS INTANGÍVEIS** 

De 60 dias a 180 dias

Educação, Saúde e outros Máquinas e equipamentos

Devedores por depósito em garantia

Acima de 180 dias

Vincendas

Licenças Antes de 01/10/2013	126	_	_	126	Er
Licença Uso Software – Informática	126	_	_	126	Н
Licenças A Partir de 01/10/2013	13.818	4.774	_	9.044	В
Licença Uso Software – Temporário	1.313	-	_	1.313	Tr
Licença Uso Software – Permanente	11.121	_	11.057	64	
Licença Uso Software – Em Andamento	1.384	4.774	(11.057)	7.667	Es
Amortização Acumulada	(2.115)	(1.406)	_	(709)	To
softwares ERP - Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de [					b) De
processo de implantação/homologação e na medida em que são incorporadas as novas funcionalidades do sistema passam a ser amortizados pelo prazo de vida útil de 10					De De
específicas de software permanente. Por conseguinte, os softwares passaram a ser					De De

### NOTA 11 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES compostas da seguinte forma a) As obrigações por empréstimos e repa

mplantação homologados pela área gestora

2016 2015 Curto Prazo 23.612 20.634 10.202 **BNDES** 10.019 Finame 6.440 7.082 FINEP 6.970 3.533 ongo Prazo 65.002 **BNDES** 30.055 31.466 12.188 17.847 20.998

obrigações por empréstimos e repasses são compostas basicamente de recursos otados nas instituições oficiais - BNDES, FINAME e FINEP.

-	Vincendas	88.815	90.945
•	Até 180 dias	11.848	12.531
ļ	De 181 a 360 dias	11.764	10.592
	Acima de 360 dias	65.003	67.822
j	NOTA 12 - OUTRAS OBRIGAÇÕES		
•	a) Sociais e Estatutárias		
j	Dividendos e JCP	2016	2015
	Dividendos - Governo do Estado do RJ (i)	_	2.100
;	JCP - Governo do Estado do RJ (ii)	9.000	_

observância dos procedimentos fundamentados no art. nº 347 do RIR/1999, nos artigo: observancia dos procediminos linidaminitados no atr. 17 34 do hiri/1995, nos atrigos nºs 29 e 30 da Instrução Normativa nº 11/1996, na Instrução Normativa SRF nº 39/1997, no artigo nº 69, da Instrução Normativa SRF nº 390/2004 e no artigo 28 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.515, de 24 de novembro de 2014. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o art. nº 202 da Lei das Sociedades por Ações (nº 6.404/1976), sem prejuízo

da incidência do imposto de renda retido na fonte. o política de pagamento está definida em Deliberação do Conselho de Administração, ratificada e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas em 30/10/2008, como forma

de reduzir os impactos tributários. Para efeito de publicação das demonstrações contábeis, os Juros sobre o Capita Próprio são ajustados mediante reclassificação para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

de modo que seus efeitos, inclusive os tributários, sejam eliminados do resultado, de acordo com a Circular nº 2.739 do Banco Central do Brasil. Os efeitos nas demonstrações estão apresentados a seguir: 2016

Lucio liquido do exercicio	10.062	5.000
( - ) Juros sobre o Capital Próprio	9.000	2.100
( +) Economia tributária	4.050	945
Lucro Líquido com o Pagamento do JCP	5.132	3.925
b) Fiscais e previdenciárias		
	2016	2015
Impostos e Contribuições a Recolher sobre faturamento	392	1.159
Impostos e Contribuições s/Lucro a Pagar	1.294	371
Provisão para IRPJ e CSLL	7.017	9.545
Total	8.703	11.075

c.1) Provisões Para Pagamentos a Efetuar Provisão Para Despesas de Pessoal Outras Despesas Administrativa Outros Pagamentos 115

4.327

1.092

de ações

2016 2015

848

210

297

392

continu

4.026

c.2) Provisão Para Passivos Contingentes 2016 **2015** 172 FGI – Honra recebida 2.404 Passivos Trabalhistas Total 713 Consta provisionado no passivo da AgeRio os valores de R\$ 360 mill em 2016 e R\$ 450 60

2015 A provisão para o FGI representa o valor das honras recebidas do referido fundo garantidor para cobertura de perdas com operações de crédito. O valor deve permanecer provisionado até que se esgotem todas as medidas administrativas e iudiciais de cobranca.

A necessidade de Provisão de Contingências de natureza trabalhistas de R\$ 196 mi em 2016, foi avaliada conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com ações judiciais classificadas como perdas prováveis, com base na metodologia interna da Diretoria Jurídica da AgeRio.

A AgeRio configura em processos classificados como de Perda Possível, na esfera trabalhista e civil e tendo em vista o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, homologado pela Resolução nº 3.823/09, a AgeRio estima o montante de R\$ 3.643 mil. No exercício de 2015 o valor estimado era de R\$ 645 mil.

c.3) Credores Diversos no País 2016 Recursos do Fundo UPP 1.595 Repasses - FUNDES / FREMF Diversos 4.574 1.300 **369** 

Total 7.261 4.643 TOTAL Diversas 9.119 11.948 Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País, referem-se quase que na sua totalidade aos montantes recebidos pela AgeRio de financiados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e do Fundo de Recuperação dos Municípios Fluminenses - FREMF para posterior repasse aos respectivos fundos e para o Fundo de Microcrédito para Empreendedores das Comunidades Pacificadas do Rio de Janeiro – Fundo UPP. Na composição dessa rubrica são registrados também os

### NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2015 a) Capital Social

recursos recebidos pela AgeRio para posterior repasse.

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social era de R\$ 433.234 (quatrocentos e trinta e três milhões, duzentos e trinta e quatro mil). Com a incorporação de reserva e o aumento pela renúncia de dividendos o capital social em 31 de dezembro de 2016 totalizou a importância de R\$ 439.063 (quatrocentos e trinta e nove milhões e sessenta e três mil reais), representado por 170.880.389 de ações ordinárias nominativas, assim distribuídas

	Estado do Rio de Janeiro	170.866.736
	Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	13.653
	Total	170.880.389
	Abaixo demonstramos a evolução do Capital Social:	
	Descrição	Valor (R\$ MIL)
7	Capital Social no início do exercício (01/01/2015) Aumento de Capital – com reservas do exercício 2015	433.234
4	Aumento de Capital – com reservas do exercício 2015	3.729
2	Aumento de Capital por renúncia de dividendos/JCP- exercício 2015	2.100
,	Total do Capital Social em 31 de dezembro de 2016	439.063
_	b) Reserva de Lucros	
_	A Reserva Legal é constituída no percentual 5% do lucro líquido e limita	da a 20% do valor

do capital social. As outras Reservas de Lucros representam os lucros remanescente após a constituição da reserva legal e são utilizadas para aumento de capital conforme deliberação dos acionistas NOTA 14 - DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

.	Despesa de Fessoai
'	
: 1	

roventos	(17.152)	(15.905)
ncargos Sociais	(6.145)	(5.681)
onorários de diretores e conselheiros	(1.884)	(1.802)
enefícios	(3.668)	(3.066)
einamentos	(226)	(316)
stagiários	(422)_	(342)
otal	(29.497)	(27.112)
Outras Despesas Administrativas		
	2016	2015
espesa de Energia Elétrica	214	185
espesa de Aluguéis	340	341
espesa de Comunicação	104	106
espesa de Manutanção e Cons. Rens	446	415

Despesa de Manutenção e Cons. Bens Despesa com Materiais Despesa Processamento de Dados Despesa Promoções e Relações

65 1.863 136 Despesa de Propaganda e Publicações 701 Despesa de Seguros 442 Despesa Serviços do Sistema Financeiro 209 Despesa com Serviço de Terceiros 397

139 482 Despesa Serviço de Vigilância 149 132 Despesa Serviço Técnico Especializado 289 1.173 274 310 144

Despesa de Transporte Despesa com Viagens 111 Outras despesas administrativas 1.022 951 Despesa com depreciação e Amortização 2.446 1.429 Total 9.208 7.599



c) Despesas Tributárias

# AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

		_			Ι'
ISS			359	593	,
COFINS			3.113	3.180	9
PIS			506	516	ľ
Outros Impostos e Taxas			164	91	ľ
Total		_	4.142	4.380	ľ
NOTA 15- CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		=			ľ
Com base no histórico de operação da AgeRi	o não foram	constituído	os créditos t	tributários	
oriundos de diferenças temporais e de prejui					ľ
NOTA 16- IMPOSTO DE RENDA E CONTRI	IBUIÇÃO SO	DCIAL			1
	2016		2015		
	_IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Resultado Antes da Tributação e					
participação dos empregados	26.255	26.255	20.665	20.665	
Participação dos empregados	482	482	842	842	
Juros sobre o capital próprio	9.000	9.000	2.100	2.100	
Resultado após as participações	16.773	16.773	17.722	17.722	
Adições	16.862	16.862	21.413	21.413	
Exclusões	7.478	7.478	6.612	6.612	
Lucro Líquido Ajustado	26.157	26.157	32.823	32.823	
Ganho tributário com JCP	2.250	1.800	525	420	
IR - 25% e CSLL 20%	8.695	8.630	8.630	6.113	
Taxa efetiva	31,12%	32,87%	41,76%	29,58%	
Total IR e CSLL		17.325		14.743	

2016

VALOR MÁXIMO DE

## NOTA 17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A instituição não realizou operações com características de derivativos e não mantinha operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros, na data do Balanço.

## NOTA 18 - SEGUROS

		COBERTURA			
SEGURO	VIGÊNCIA	(R\$ MIL)			
Bens patrimoniais móveis e imóveis	25/02/2016 a 25/02/2017	7.820			
Responsabilidade civil dos Executivos	17/04/2016 a 17/04/2017	15.000			
Em 31 de dezembro de 2016,a AgeRio mantinha apólices de seguro para cobertura dos					
Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela administração para cobrir					
and the state of t					

## NOTA 19 - LIMITES OPERACIONAIS

A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a nº 3.644/13. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Circular nº 3.640/2013.

A AgeRio não possui operações em carteira de negociação e monitora as exposições c) Risco de Liquidez

2015 padronizada . A metodologia utilizada para cálculo do risco da variação de taxas de juros de operações da carteira de não negociação (RBAN) é o VaR paramétrico, com 95% de segurança e Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AgeRio se

encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

ios	(R\$ Mil)	Dez-16	Dez-15
103	Patrimônio de Referência (PR)	438.776	431.356
	Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
_	PR para Limite de Compatibilização com o RWA	394.241	386.821
_	RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	573.658	513.754
٥-	- RWA <sub>CPAD</sub>	476.661	451.992
65 42	- RWA <sub>OPAD</sub>	94.585	59.596
00	- RWA <sub>MPAD</sub>	2.413	2.166
22	RBAN	627	498
13	Limite para Imobilização (LI)	197.121	193.410
12	Índice de Basiléia (IB)	68,72%	75,29%
23	Situação para Limite de Imobilização	10.713	3.065
20	Indice de Imobilização (II)	2,72%	0,79%
13	IB Amplo	67,97%	74,64%
3%	NOTA 20 - GERENCIAMENTO DE RISCOS		

14.743 O gerenciamento de riscos da AgeRio abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além da gestão do capital da instituição, em observância às exigências do Banco Central do Brasil. A estrutura de gerenciamento de riscos da AgeRio é compatível com a natureza e complexidade das operações e produtos oferecidos. A AgeRio possui políticas para o gerenciamento de cada categoria de risco, que

definem um conjunto de princípios e diretrizes, a fim de manter as exposições em níveis suficientes e adequados estabelecidos pela instituição e alinhados à sua estratégia de

## a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência 0 de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito compreende a avaliação de risco de crédito das operações e o monitoramento da carteira de crédito da instituição. h) Risco de Mercado

A AgeRio não possui operações classificadas na carteira de negociação. As operações Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Circular da AgeRio expostas ao rísco de mercado estão classificadas na carteira de não negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o vencimento.

referentes ao risco de mercado (parcela RWAMPAD) por meio de abordagem | O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preco de mercado uma posição. d) Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadeguação ou deficiência em contratos firmados pela instituição.

Os conhecimentos sobre risco operacional são disseminados na AgeRio, de forma a estimular a participação de todos os empregados na identificação e reporte das exposições e eventos de risco identificados no desenvolvimento de suas atividades. contribuindo para o fortalecimento da cultura de gestão do risco operacional.

## e) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo demonitoramento e controle do capital mantido pela instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e de planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição

NOTA 21 - POLÍTICA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES A AgeRio possui políticas de atuação, normas e procedimentos operacionais que

norteiam as ações da AgeRio a fim de prevenir e evitar que a instituição seja utilizada como instrumento para prática de lavagem de dinheiro e/ou ocultação de bens, direitos As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração da AgeRio, que avalia os procedimentos adotados pela unidade

responsável pelo controle interno e compliance. A AgeRio possui um Portal de Prevenção à PLD em sua rede corporativa disponibilizando a todos os empregados os principais normativos internos estratégicos e operacionais sobre prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, bem como legislação de entidades regulatórias e de controle.

A AgeRio promove treinamentos, capacitações e certificações sobre prevenção à lavagem de dinheiro, contribuindo para a manutenção da cultura de controle da instituição

## **NOTA 22 - PARTES RELACIONADAS**

O Governo do Estado do Rio de Janeiro: Acionista majoritário conforme explanado na

Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN: Acionista minoritário conforme explanado na nota explicativa número 13. A remuneração dos administradores no exercício, incluindo os respectivos encargos

sociais totalizou a importância de R\$ 1261 mil. NOTA 23 - PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base na Continuidade Operacional (NBC TA 570) validando a capacidade da Agerio em continuar em operação, levando em consideração toda a informação disponível sobre o futuro.

Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionados com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade da Empresa continuar em operação.

José Domingos Vargas Valguíria Xavier Delmondes José Inácio Ferreira Contador -CRC 56835/O7 - CPF: 605.634.007-49 Diretora de Controladoria e Risco Presidente RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Acionistas, Conselheiros e Diretores da

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AgeRio

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AgeRio (Agência), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A Administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorcão relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

# Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência continua operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante devernos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governanca a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S 2CBC BS 005460/0-Q - S - SP ROGER MACIEL DE OLIVEIRA 1CBC BS 71505/Q-3 - S - SP Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO 1CBC BS 65 932/O-7 - S - SP Responsável Técnica